



Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 58

**Pessoas com Deficiência e as
Desigualdades Sociais no Brasil**
2ª edição

Notas técnicas

Presidente da República

Luís Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento e Orçamento

Bruno Moretti

Chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos

Rogério Boueri Miranda

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Marcio Pochmann

Diretora-Executiva

Flavia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Gustavo Junger da Silva

Diretoria de Geociências

Maria do Carmo Dias Bueno

Diretoria de Tecnologia da Informação

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Jorge Abrahão de Castro

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luanda Chaves Botelho

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
Número 58

Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil

2ª edição

Notas técnicas



Rio de Janeiro
2026

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série Estudos e pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4726-8

© IBGE. 2026

Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo que apresenta comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos sobre os principais resultados do estudo, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, objeto deste documento, traz considerações de natureza metodológica sobre o estudo e é veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumário

Apresentação	4
Introdução.....	6
Fontes de informação utilizadas	8
Precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem	17
Metodologia para a construção da linha de pobreza do Banco Mundial	18
Referências	19
Glossário.....	23

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Com o lançamento desta publicação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta o seu segundo estudo sobre as pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil.

A principal fonte de informação utilizada é o Censo Demográfico 2022, incluindo a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, realizado pelo IBGE. Outras estatísticas do Instituto são utilizadas, como as provenientes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC. São utilizados também registros de fontes externas, como os referentes às eleições municipais e para deputados federais, distritais e estaduais, compiladas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Somam-se dados do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, além de dados do Painel Estatístico de Pessoal, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Essas fontes contribuem, adicionalmente, para delinear um painel multifacetado da realidade social dessa população de estudo.

Busca-se, assim, desenvolver um estudo abrangente e que abarca dimensões relevantes para o bem-estar das pessoas com deficiência, fundamentado na avaliação das desigualdades de acesso a direitos, como ao trabalho e à educação, com detalhamentos por recortes regionais e subgrupos sociodemográficos. Tal estratégia visa mostrar aspectos das condições de vida no Brasil, bem como pontuar as desvantagens acumuladas que incidem em certos grupos populacionais. As informações analisadas servem para fomentar estudos, pesquisas e publicações, fornecendo aos órgãos governamentais, privados e associativos subsídios para o planejamento e as tomadas de decisão e, aos usuários em geral, indicadores variados sobre o tema.

O informativo *Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil*, objeto destas notas técnicas, apresenta os resultados do estudo com apelo visual mais acessível a públicos variados, sem, contudo, secundarizar o rigor que caracteriza a produção técnica institucional, oferecendo estatísticas detalhadas e desagregadas, compiladas em plano tabular também disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

Gustavo Junger da Silva
Diretor de Pesquisas

Introdução

A investigação sobre pessoas com deficiência no Brasil teve início no Recenseamento Geral do Império, primeira operação censitária realizada no País, em 1872, sob o comando da então Directoria Geral de Estatística, e seguiu contemplada em levantamentos posteriores. Houve, em décadas recentes, aprimoramentos metodológicos e mudança de paradigma, de uma abordagem estritamente médica, para um modelo biopsicossocial (Botelho; Porciúncula, 2018).

Esta segunda edição de *Pessoas com deficiência e desigualdades sociais no Brasil* traz um amplo panorama das condições de vida das pessoas com deficiência. Abordam-se diversas dimensões da vida pública, como o mercado de trabalho e cargos eletivos e de gestão, o acesso a direitos, como renda, educação, transporte e moradia, e aspectos da vida privada e afetiva, contemplando nupcialidade, fecundidade e famílias. Para tamanho empreendimento, com a análise de dados inéditos para pessoas com deficiência, foram articuladas informações provenientes do Censo Demográfico¹ 2022, incluindo a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, realizados pelo IBGE. Somam-se informações do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, dados eleitorais publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE e informação do Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Pessoas com deficiência estão definidas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146 de 06.07.2015), como aquelas que têm “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, Art. 2º). Essa definição biopsicossocial, também materializada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009), reflete um longo processo de organização de movimentos de pessoas com deficiência no mundo, a partir da segunda metade do Século XX. No centro das reivindicações, demandava-se que a vulnerabilidade social que pessoas com deficiência experimentam deixasse de ser concebida como natural e decorrente da diversidade corporal e passasse a ser abordada como

.....
¹ Deficiência foi investigada no Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2022. São utilizados os resultados definitivos da amostra, estimados a partir de Áreas de Ponderação definitivas.

fenômeno social e corrigida com a remoção das barreiras presentes na sociedade.

A metodologia de identificação das pessoas com deficiência para fins estatísticos recomendada, validada e amplamente utilizada internacionalmente, em consonância com esse novo paradigma, focaliza dificuldades para realizar funções e atividades que colocam o indivíduo em posição de maior risco de restrição de participação social (Tiberti; Costa, 2019). Nesse contexto, o Censo Demográfico 2022, principal fonte de informações deste informativo, permite identificar como pessoas com deficiência aquelas que declararam ter muita dificuldade (deficiência severa) ou não conseguem de modo algum (deficiência profunda) em pelo menos um dos domínios investigados: 1. enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato; 2. ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; 3. andar ou subir degraus, mesmo usando aparelhos de auxílio; 4. pegar pequenos objetos ou abrir e fechar tampas de garrafas, mesmo usando aparelhos de auxílio; 5. se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar ou estudar em decorrência de limitações nas funções mentais.

Estas notas técnicas sintetizam os metadados dos indicadores apresentados no informativo e discorrem sobre aspectos gerais das fontes de informação utilizadas na elaboração do estudo, bem como sobre tópicos relacionados à precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem. Ao final, apresenta-se um glossário com as conceituações consideradas essenciais para a compreensão dos resultados.

Fontes de informação utilizadas

Para a elaboração do presente estudo, foram utilizados, além de pesquisas do IBGE, dados produzidos por outros órgãos públicos.

Pesquisas do IBGE

Censo Demográfico²

O Censo Demográfico é a mais complexa operação estatística realizada no Brasil, produzindo um detalhado retrato da população residente no Território Nacional, de seu perfil demográfico e de suas condições de vida.

Os quesitos sobre pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2022 fazem parte do Questionário Amostra. O Censo Demográfico utiliza amostra estratificada, considerando como estrato o setor censitário. A seleção de domicílios é feita de forma sistemática, independentemente em cada setor e com equiprobabilidade. As estimativas produzidas a partir do Questionário Amostra são representativas da população brasileira, uma vez que incorporam os pesos amostrais e o desenho complexo da pesquisa.

Esses quesitos foram elaborados de acordo com o modelo do Conjunto Curto de questões (*short set of disability questions*) do Grupo de Washington para Estatísticas sobre as Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - WG)³, com cinco perguntas que envolvem dificuldades em domínios funcionais como enxergar, ouvir, andar, funcionamento dos membros superiores, cognição, autocuidado e comunicação. As cinco perguntas foram aplicadas a todas as pessoas de 2 anos ou mais de idade do domicílio, conforme as recomendações internacionais. Todas as perguntas possuem as mesmas quatro categorias de respostas, que variam com o grau de dificuldade que o morador declara ter ao realizar determinada atividade usando uma de suas funções. As possibilidades são: (1) tem, não consegue de modo algum; (2) tem muita dificuldade;

.....
² Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar o endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=o-que-e>.

³ Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://www.washingtongroup-disability.com/>

(3) tem alguma dificuldade; e (4) não tem dificuldade. A identificação das pessoas com deficiência é estabelecida por aquelas que responderam ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum realizar as atividades perguntadas em ao menos um dos quesitos investigados. São essas pessoas que, segundo as recomendações, estão em maior risco de exclusão da participação em sociedade.

Domínios funcionais

Os quesitos do bloco de pessoas com deficiência investigaram cinco dificuldades funcionais. São elas:

dificuldade permanente para enxergar, mesmo utilizando óculos ou lentes de contatos;

dificuldade permanente para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos;

dificuldade permanente para andar ou subir degraus, mesmo usando prótese, bengala ou aparelho de auxílio;

dificuldade permanente para pegar pequenos objetos ou abrir e fechar tampas de garrafas, mesmo usando aparelhos de auxílio; e

dificuldade permanente em se comunicar, realizar atividades de autocuidados, trabalhar ou estudar devido a alguma limitação nas funções mentais.

Dificuldade permanente

Dificuldade decorrente de uma condição permanente ou de longa duração, ou seja, que tenha durado ou deva durar seis meses ou mais.

Grau de deficiência mais elevado

Classificação analítica para este estudo. Segmenta as pessoas com deficiência em dois grupos:

- Deficiência severa: pessoas que responderam ter no máximo muita dificuldade em uma ou mais funções.
- Deficiência profunda: pessoas que responderam não conseguir de modo algum realizar pelo menos uma das funções.

Neste informativo, em razão das importantes diferenças metodológicas entre a investigação de dificuldades e a investigação de diagnósticos, as pessoas diagnosticadas com autismo não aparecem

como uma categoria separada. Contudo, podem estar contempladas entre as pessoas com deficiência caso tenham respondido ter pelo menos uma das dificuldades funcionais descritas anteriormente⁴.

Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios

Integrada à apresentação dos resultados do Censo Demográfico 2022, o IBGE ofereceu um panorama da infraestrutura urbana do País, com informações territoriais que integram dados populacionais e domiciliares. A Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios⁵ é uma pesquisa territorial que investigou 10 quesitos relacionados aos equipamentos urbanísticos presentes nas vias e calçadas dos setores selecionados: capacidade de circulação da via; pavimentação da via; existência de bueiro ou boca de lobo; existência de ponto de ônibus ou van; vias sinalizadas para bicicletas; arborização; existência de iluminação pública; existência de calçada ou passeio; existência de obstáculo na calçada; e existência de rampa para cadeirante.

Entre os 10 quesitos investigados, este estudo analisa a existência, no entorno das moradias das pessoas com deficiência, das quatro últimas características listadas. A unidade de análise da pesquisa é a face de quadra, isto é, trechos de vias e logradouros. A abrangência da pesquisa é nacional, contemplando a grande maioria de setores urbanos e alguns setores rurais, em todos os Municípios do País, conforme detalhado a seguir. A Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, inserida no cronograma das atividades do Censo Demográfico 2022, foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, anterior ao início da coleta domiciliar, os agentes supervisores da operação percorreram mais de 340 mil Setores Censitários com características urbanas, em todos os Municípios do Brasil, com o objetivo de apurar elementos significativos para o posterior trabalho do recenseador; e concomitantemente à realização das entrevistas, quando o recenseador, já na fase da coleta domiciliar, pôde efetuar os

.....
⁴ Para informações mais detalhadas sobre a metodologia do Censo Demográfico 2022 e resultados da divulgação de resultados preliminares sobre pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com autismo por profissional de saúde, consultar a publicação: CENSO Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. 80 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102178>. Acesso em: ago. 2026

⁵ Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar o endereço: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/pesquisa-urbanistica-do-entorno-dos-domicilios.html>.

ajustes considerados necessários às informações obtidas na etapa anterior, de modo a garantir a plena cobertura do Censo Demográfico 2022. A pesquisa foi aplicada em cerca de 340 mil setores censitários selecionados em todos os 5 568 Municípios brasileiros, além do Distrito Estadual de Fernando de Noronha e do Distrito Federal. Além de setores classificados como urbanos na Base Territorial, foram incluídos setores com áreas urbanizadas mapeadas (IBGE, 2022) e setores censitários que apresentassem concentração de estruturas, edificações, domicílios e equipamentos urbanos, sistema viário consolidado ou onde predominavam superfícies artificiais não agropecuárias, incluindo loteamentos, conjuntos habitacionais e condomínios, independentemente de serem classificados como urbanos ou rurais. Estes foram incluídos por meio de análise de imagens de satélite de alta resolução. Nesse sentido, estão no universo da pesquisa setores de Favelas e Comunidades Urbanas e setores classificados como rurais na Base Territorial, mas que possuíam pequenos núcleos com morfologia urbana ou se localizavam na área ou franja periurbana do Município. Nestes casos, as informações sobre o entorno dos domicílios abrangeram apenas a parte urbanizada desses setores censitários, ou seja, onde havia faces de quadra definidas.

Favelas e Comunidades Urbanas

No Censo Demográfico 2022, o IBGE aprimorou a integração entre a Estatística e a Geografia, utilizando os princípios e as boas práticas globais, como os Princípios e Recomendações para Censos de População e de Habitação (United Nations, 2017) e o Quadro Geoespacial Estatístico Global (United Nations Committee of Experts on Global Geospatial Information Management, 2019), ambos publicados pelas Nações Unidas. Entre as iniciativas voltadas para essa integração, destacam-se a geocodificação dos recortes geográficos utilizados na operação censitária; a elaboração do Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas; a coleta de coordenadas geográficas e endereços, de forma ampla e sistematizada; a criação de painéis geoespaciais para acompanhamento da coleta; e a disponibilização da informação para os usuários, entre outras iniciativas. Em relação às Favelas e Comunidades Urbanas, o IBGE procurou aprimorar a identificação e o

mapeamento dessas áreas por meio da ampliação da sua classificação fora das Grandes Concentrações Urbanas; do aperfeiçoamento do processo de identificação realizado pelas Superintendências Estaduais e Agências do IBGE, com o apoio das Prefeituras Municipais; da criação de bancos de dados com informações específicas a respeito de cada favela ou comunidade urbana; da melhoria dos treinamentos e orientações de coleta e supervisão; e da expansão do processo de consulta às populações, com vistas à divulgação dos resultados.

Como fruto desse esforço, o IBGE identificou e mapeou, no Censo Demográfico 2022, 12 348 Favelas e Comunidades Urbanas em 656 Municípios brasileiros, recenseando, nessas áreas, 16 390 790 pessoas residentes em 6 556 968 domicílios. Os resultados assim obtidos não só fornecem um panorama atualizado desses territórios, como também proporcionam os insumos necessários para a atuação direcionada do Estado no sentido de garantir às populações neles residentes o direito à moradia, considerado um direito humano, conforme proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Nações Unidas (United Nations), em 10.12.1948, e previsto no Art. 6º da Constituição Federal do Brasil, de 1988. Ressalta-se que o direito à moradia não se reduz à dimensão física da habitação, mas integra todas as condições necessárias para que os indivíduos possam viver com dignidade e saúde nas cidades.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC⁶

Desde 1999, o IBGE realiza a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, que constitui um levantamento anual pormenorizado de registros administrativos sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes aspectos das políticas públicas setoriais sob responsabilidade dessa esfera governamental em todos os Municípios brasileiros⁷.

.....
⁶ Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar o endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Cabe destacar que, desde 2012, o IBGE leva a campo, também, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, que, a exemplo da MUNIC no nível municipal, constitui um levantamento pormenorizado de registros administrativos sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, em especial o governo do Estado, compreendendo, também, diferentes aspectos das políticas setoriais sob responsabilidade dessa esfera governamental em todas as Unidades da Federação. Os microdados de ambas as pesquisas estão disponíveis no portal do IBGE na Internet.

⁷ Dois Distritos brasileiros são tratados na pesquisa como Municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a Capital

Há informações relacionadas à deficiência em diversos blocos dos questionários aplicados nas várias edições da MUNIC, como os dedicados a Direitos humanos, Educação, Transporte e Comunicação e informática.

Para dar conta das diferentes possibilidades de atendimento às pessoas com deficiência e destacar as desigualdades de acesso em suas múltiplas dimensões, efetuou-se um esforço de cruzamento das informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais coletadas nas edições da MUNIC 2023 (Direitos humanos) e 2024 (Informática e comunicação) com as informações socioeconômicas sobre as pessoas com deficiência obtidas no Censo Demográfico 2022. Com isso, objetivou-se segmentar a população residente em Municípios com presença ou ausência de políticas e ações direcionadas às pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e dificuldades de visão. Exploraram-se também características dos esforços de e-governo (e-GOV), a existência de instâncias de participação social e de pessoal qualificado para atendimento às pessoas nessa condição na sede do governo municipal.

Para fins analíticos, a distribuição da população por Município segundo deficiência foi projetada idêntica entre 2022 e 2023 (período de coleta do Censo Demográfico 2022); 2023 (ano de coleta do bloco Direitos humanos na MUNIC); e 2024 (ano da coleta do bloco Informática e comunicação).

Dados de outros órgãos públicos

Censo Escolar

O Censo Escolar é uma pesquisa estatística da educação básica, conduzida anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, com a colaboração das secretarias estaduais, distrital e municipais de educação e a participação das escolas das redes pública e privada. Neste informativo, foram utilizados dados do Censo Escolar relacionados à adequação de

.....

Federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco.

escolas em termos de infraestrutura e atendimento para alunos com deficiência.

No plano tabular do informativo, constam informações dos anos de 2019, 2022 e 2025 sobre a existência de banheiro acessível e de algum dos seguintes recursos de acessibilidade nas vias de circulação internas das escolas: corrimão e guarda corpos; elevador; pisos táteis; portas com vão livre de, no mínimo, 80 cm; rampas; e sinalização/alarme sonora, tátil e visual. Adicionalmente, para 2025, foram organizadas informações sobre a existência de sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE) e profissional de apoio para alunos com deficiência.

Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, é um levantamento estatístico sobre as instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Neste informativo, foram utilizadas informações sobre as matrículas do total de alunos e dos alunos com deficiência em cursos de graduação nas instituições das redes pública e privada, nas modalidades presencial e à distância. As informações foram desagregadas por curso e compiladas para os anos de 2009, 2014, 2019 e 2024. Também foram utilizadas informações sobre docentes (total e com deficiência) em exercício nas instituições das redes pública e privada, por Unidades da Federação, no ano de 2024. Vale ressaltar que as definições de alunos e docentes com deficiência não correspondem à utilizada pelo IBGE.

Repositório de Dados Eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral - TSE publica, regularmente, estatísticas relacionadas aos resultados das eleições. Com dados disponibilizados em seu *website*, foi possível explorar o perfil dos(as) candidatos(as) e eleitos(as) para as Câmaras de Vereadores em 2020 e 2024; Prefeituras em 2020 e 2024; Assembleias Legislativas em 2022; e Câmara dos

Deputados, também em 2022. Foram realizadas consultas ao sistema Estatísticas eleitorais⁸, há microdados disponíveis no Portal de Dados Abertos do TSE⁹, bem como foram solicitadas tabulações especiais diretamente a essa instância.

Cabe destacar que a definição de deficiência utilizada nos registros do TSE difere da adotada nas pesquisas amostrais do IBGE, e as opções disponíveis nas estatísticas eleitorais relacionadas às eleições de 2020, 2022 e 2024 contemplaram as seguintes: auditiva, autismo, física, visual, outros (opções de autodeclaração).

O TSE também dispõe de informações sobre o eleitorado que incluem recortes por deficiência, contudo esses dados não foram incorporados no presente estudo em razão da elevada proporção de não resposta e de limitações relacionadas à atualização cadastral.

Painel Estatístico de Pessoal

O Painel Estatístico de Pessoal¹⁰, de responsabilidade do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, compila informações sobre recursos humanos do governo federal, oriundas do Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE.

Foram solicitadas tabulações especiais ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos relativas ao tema de deficiência. Dados disponibilizados correspondentes ao mês de dezembro de cada ano estudado (2015-2025) abarcaram servidores ativos: servidores efetivos (estatutários), empregados públicos (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança (com ou sem vínculo com a Administração Pública), temporários, médicos do Programa Mais Médicos, médicos residentes e estagiários. Também foram considerados os ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança.

.....
⁸ Para informações mais detalhadas sobre o sistema, consultar o endereço: <https://sig.tse.jus.br/>.

⁹ Para informações mais detalhadas sobre o portal, consultar o endereço: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>.

¹⁰ Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://painel.pep.planejamento.gov.br/>

Cabe destacar que a definição de deficiência nessa fonte difere da utilizada pelo IBGE.

Precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem

O IBGE realiza um amplo conjunto de pesquisas por amostragem probabilística, tanto na dimensão sociodemográfica, investigando unidades domiciliares e seus moradores, como na dimensão econômica, cujas unidades de investigação são as empresas da Indústria, Construção, Comércio e Serviços.

As conclusões obtidas a partir de uma pesquisa por amostragem devem ser apoiadas nas estimativas produzidas, as quais, por sua vez, são calculadas considerando-se os pesos amostrais associados às unidades da amostra, de acordo com o plano amostral definido e com os estimadores usados. Essas estimativas têm uma variabilidade que é inerente ao processo de amostragem. Assim, a avaliação dos chamados erros amostrais é um ponto fundamental, pois dela decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam as tomadas de decisão. Para cada estimativa derivada de uma pesquisa por amostragem, é possível obter uma medida de precisão que auxilia a análise e a interpretação dos dados.

Os erros amostrais podem ser avaliados por meio dos erros-padrão e dos coeficientes de variação das estimativas dos parâmetros de interesse, as quais são calculadas levando-se em consideração o esquema de amostragem utilizado em cada pesquisa em particular.

Todas as pesquisas por amostragem realizadas pelo IBGE passam por um processo de avaliação da precisão de suas estimativas. Isso significa que são calculadas as medidas de precisão associadas às estimativas do plano tabular de divulgação dos resultados, sendo que, em algumas pesquisas, esse cálculo é feito para todas as estimativas do plano de divulgação.

No caso do presente estudo com indicadores sobre as pessoas com deficiência, fundamentado, principalmente, no Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2022, foram avaliados os coeficientes de variação associados às estimativas. Os valores dos coeficientes serviram de subsídio para a definição dos recortes geográficos e sociodemográficos com suficiente grau de confiabilidade estatística. O plano tabular da presente publicação inclui um arquivo com os coeficientes de regressão utilizados para esses cálculos. Como regra,

buscou-se produzir tabelas com ausência ou pequeno número de células com coeficientes de variação superiores a 30%. Mais informações constam na nota técnica *Processo de expansão da amostra do Censo Demográfico 2022 para os resultados definitivos*¹¹.

Metodologia para a construção da linha de pobreza do Banco Mundial

A medida de pobreza utilizada neste informativo foi desenvolvida pelo Banco Mundial (World Bank) a partir do tratamento de informações de renda e consumo para um grupo de países (Jolliffe; Prydz, 2016). Para o Brasil, classificado pelo Banco Mundial como um país de renda média-alta, a linha de pobreza foi definida em US\$ 8,30 por dia por pessoa em paridade de poder de compra para o ano de 2021. A seguir, apresenta-se a metodologia utilizada para o cálculo desta medida:

Cálculo do indicador: $H = (Q/N) \cdot 100$, onde N é o total da população e Q corresponde ao total de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza Z. Z é dada por US\$ 8,30 diários, convertidos pela paridade de poder de compra (PPC) de R\$ 2,44983620 de 2021 e corrigidos pela inflação ao consumidor, seguindo a metodologia utilizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Tanto a linha (Z) quanto os rendimentos domiciliares per capita são calculados a preços médios dos respectivos anos, a partir dos índices de preços calculados para cada Unidade da Federação, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e sua estrutura regional. Dessa forma, a atualização utilizada da linha de pobreza (Z) é dada pela razão entre os preços do mês de julho/2022 e os preços médios do ano de 2021. O rendimento domiciliar *per capita* é composto pela soma dos rendimentos normalmente recebidos do trabalho e dos rendimentos de outras fontes, dividida pelo número de moradores, excluindo os moradores nas condições de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

.....
¹¹ Para informações mais detalhadas, consultar o endereço:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=notas-tecnicas>

Referências

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 163, p. 3-9, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: ago. 2026.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: ago. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas eleitorais*. Brasília, DF, [2026]. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/>. Acesso em: ago. 2026.

BOTELHO, L. C. *Nosso nome não é Xena*: determinantes, obstáculos e limites para a inclusão das mulheres com deficiência no mercado de trabalho. 294 f. 2026. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/83461>. Acesso em: ago. 2026.

BOTELHO, L.; PORCIÚNCULA, K. Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência: ontem, hoje e amanhã. *In*: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 114-167. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 6). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: ago. 2026.

CENSO Demográfico 2022: características urbanísticas do entorno dos domicílios / Rio de Janeiro, IBGE, 2025a. 122 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102168>. Acesso em: ago. 2026.

CENSO Demográfico 2022 : favelas e comunidades urbanas: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2024. 168 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102134>. Acesso em: ago. 2026.

CENSO Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. 80 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102178>. Acesso em: ago. 2026.

DEGENER, T. A human rights model of disability. In: BLANCK, P.; FLYNN, E. (org.). *Routledge handbook of disability law and human rights*. London: Routledge, 2016. p. 31-49.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 31, n. 2, p. 395-418, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200008>. Acesso em: ago. 2026.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.

HILL, C.; CORBETT, C.; ST. ROSE, A. *Why so few?* women in science, technology, engineering, and mathematics. Washington, DC: AAUW, 2010. 109 p. Disponível em: <https://www.aauw.org/app/uploads/2020/03/why-so-few-research.pdf>. Acesso em: ago. 2026.

IBGE. *Áreas urbanizadas do Brasil 2019*: notas técnicas. Rio de Janeiro, 2022. 30 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago. 2026.

JOLLIFFE, D.; PRYDZ, E. B. *Estimating international poverty lines from comparable national thresholds*. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 34 p. (Policy research working paper, 7606). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/837051468184454513/pdf/Estimating-international-poverty-lines-from-comparable-national-thresholds.pdf>. Acesso em: ago. 2026.

MORRIS, J. *Feminism, gender and disability*. Texto apresentado em um seminário em Sidney, na Austrália, em fevereiro de 1998. 17 p. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/morris-gender-and-disability.pdf>. Acesso em: ago. 2026.

PESSOAS com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 32 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2026

SILVA, F. C. M. *et al.* Influence of context in social participation of people with disabilities in Brazil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud - OPS, v. 34, n. 4, p. 250-256, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v34n4/06.pdf>. Acesso em: ago. 2026.

TESSIER, A. *et al.* Enhancing employment access for people with disabilities through transportation: insights from workers with disabilities, employers, and transportation providers. *Disabilities*, Basel: v. 4, n. 2, p. 384-412, 2024. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-7272/4/2/25>. Acesso em: ago. 2026.

TIBERTI, M; COSTA, V. *Disability measurement in household surveys: a guidebook for designing household survey questionnaires*. Washington, DC: World Bank, 2019. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33220>. Acesso em: ago. 2026.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *Principles and recommendations for population and housing censuses*. Rev. 3. New York, 2017. 299 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/rev. 3). Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/Standards-and-Methods/files/Principles_and_Recommendations/Population-and-Housing-Censuses/Series_M67rev3-E.pdf. Acesso em: ago. 2026.

UNITED NATIONS COMMITTEE OF EXPERTS ON GLOBAL GEOSPATIAL INFORMATION MANAGEMENT. *The global statistical geospatial framework [GSGF]*. New York: UN-GGIM, 2019. 46 p. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/statcom/51st-session/documents/The_GSGF-E.pdf. Acesso em: ago. 2026.

WESTBROOK, M. T.; LEGGE, V.; PENNAY, M. Attitudes towards disabilities in a multicultural society. *Social Science & Medicine*, Oxford: Elsevier, v. 36, n. 5, p. 615-623, mar. 1993. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(93\)90058-C](https://doi.org/10.1016/0277-9536(93)90058-C). Acesso em: ago. 2026.

Glossário

acesso domiciliar à Internet Condição do domicílio onde ao menos um dos moradores tem acesso à Internet no próprio domicílio, por qualquer equipamento.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha ou a natureza da atividade exercida pela pessoa que trabalha por conta própria.

banheiro Cômodo destinado ao banho, com chuveiro ou banheira, e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

benefícios de programas sociais Benefícios de programas de transferência monetária de renda que incluem o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada - BPC, e outros programas sociais governamentais.

capacitismo Discriminação da pessoa em decorrência da deficiência.

classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento Classificação da população em ordem crescente da renda de interesse (rendimento domiciliar *per capita*, rendimento efetivo ou habitual do trabalho, entre outros). Como exemplo, tem-se a divisão em 15 classes ou grupos percentuais previamente definidos, tais como: até 5%, de 5% até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, contendo, cada, 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, o primeiro quinto de renda possui os 20% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último quinto possui os 20% de unidades com os maiores rendimentos. Um outro exemplo é a divisão em décimos de renda, na qual se obtêm 10 grupos, cada um dos quais com 10% das unidades desejadas. Nesse caso, o primeiro décimo de renda possui os 10% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último décimo possui os 10% de unidades com os maiores rendimentos. Em seguida, são calculadas as estatísticas de rendimento de cada classe.

coeficiente de variação Razão entre o desvio padrão de uma estimativa e o valor esperado da própria estimativa. Em amostragem, uma

estimativa é mais precisa quanto mais próximo de zero for o seu coeficiente de variação.

coleta direta do lixo Forma de destinação em que o lixo do domicílio é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, público ou privado, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio.

coleta indireta de lixo Forma de destinação em que o lixo do domicílio é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, público ou privado, que posteriormente o recolhe.

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar.

cor ou raça Característica declarada pela pessoa com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

data de referência Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação das características de trabalho. O Censo brasileiro adota o conceito de população residente ou “de direito”, ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual, considerando todos os moradores dos domicílios particulares – permanentes e improvisados – e coletivos, na data de referência. A investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência a meia-noite do dia 31 de julho para 1º de agosto de 2022.

divisão em percentis de renda Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento.

domicílio Local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. A separação é caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., e coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem das outras pessoas da comunidade e se protejam das condições climáticas e do meio ambiente. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas, ou seja, o local de habitação tem acesso direto para a via pública ou para terreno, galeria, corredor, passagem, saguão etc., público ou comunitário. O domicílio classifica-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie, como permanente ou improvisado.

domicílio particular improvisado Domicílio particular localizado em edificação que não possui dependências destinadas exclusivamente à moradia, assim como em local inadequado para habitação ou em estrutura móvel, que está ocupado por moradores, como: estabelecimento comercial, paiol, cocheira, abrigo contra a chuva, banca de jornal, quiosque, tenda, barraca, gruta, prédio em construção, embarcação, *trailer*, ou outro veículo.

domicílio particular permanente Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo, independentemente do material utilizado em sua construção, destinado a servir de moradia.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório ou é clérigo (sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira, ou outro clérigo). A categoria dos empregados inclui o subgrupo trabalhador doméstico.

empregador Pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

erro amostral Diferença entre a estimativa amostral e o valor verdadeiro (populacional) do parâmetro estimado. O erro amostral pode ser expresso por meio do coeficiente de variação: quanto menor o coeficiente de variação, menor o erro amostral.

esgotamento sanitário Classificação do tipo de escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios nas seguintes categorias: rede geral de esgoto ou pluvial — quando a canalização de esgoto do banheiro ou sanitário está ligada diretamente a uma rede coletora, que o conduz para um desaguadouro geral da área, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica ligada à rede — quando o esgoto do banheiro está ligado a um ou mais tanques de concreto, plástico, fibra de vidro ou outro material impermeável, como, por exemplo, pneu usado, em geral dividido em duas ou três câmaras, onde o esgoto passa por um processo de tratamento (decantação, decomposição ou

filtragem), sendo a parte líquida canalizada para a rede geral de esgoto; fossa séptica não ligada à rede - quando o esgoto do banheiro está ligado a um ou mais tanques de concreto, plástico, fibra de vidro ou outro material impermeável, como, por exemplo, pneu usado, em geral dividido em duas ou três câmaras, onde o esgoto passa por um processo de tratamento (decantação, decomposição ou filtragem), sendo a parte líquida absorvida pelo próprio terreno ou lançada no terreno para ser absorvida por plantas diversas, como bananeira, por exemplo; fossa rudimentar — quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, são esgotados para uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.); vala — quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, são esgotados diretamente para uma vala a céu aberto; rio, lago, córrego ou mar — quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, são esgotados diretamente para um rio, lago ou mar; ou outra forma — quando o escoadouro dos dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, não se enquadra em nenhuma das categorias descritas anteriormente, caso em que deve ser especificada a forma do escoadouro.

estado conjugal O estado conjugal da pessoa de 10 anos ou mais de idade foi classificado em: Vivia em união - para a pessoa que vivia em união conjugal com cônjuge ou companheiro(a) que era morador no domicílio; Não vivia, mas já viveu em união - para a pessoa cujo cônjuge ou companheiro(a) perdeu a condição de morador no domicílio ou a que teve união conjugal dissolvida; ou Nunca viveu em união - para a pessoa que nunca viveu em companhia de cônjuge ou companheiro(a).

estimador Função das observações da amostra usada para estimar um parâmetro da população.

estimativa Resultado da aplicação de um estimador aos valores observados em uma amostra de uma variável de interesse.

estudante *Ver em* frequência à escola ou creche

existência de calçada ou passeio É considerada existência quando há, na face percorrida, calçada/passeio, pavimentado ou não, com conexão entre a frente de pelo menos dois lotes, de modo a garantir a circulação mínima de pedestres. Considera-se calçada/passeio o espaço que seja separado da via destinada aos veículos ou, em áreas sem segregação física, o espaço destinado à locomoção do pedestre, como em zonas de *boulevards*. O objetivo é identificar a existência de

espaço disponível para circulação de pelo menos um pedestre (cerca de 80 cm) separado daquele destinado à circulação de veículos.

existência de iluminação pública É considerada existência quando há pelo menos um ponto fixo (poste) de iluminação pública na face percorrida, na face confrontante ou no canteiro central. É avaliado apenas a existência do equipamento, e não o seu funcionamento (se possui lâmpada, se a lâmpada está funcionando etc.). O objetivo foi identificar pelo menos um ponto fixo que promova a iluminação pública de logradouro (não precisa ser todo o logradouro). Para tanto, o ponto de iluminação deve estar, obrigatoriamente, em área de uso comum. Mesmo que esteja quebrado ou sem funcionamento, deve ser registrado como existente. O objetivo é identificar a existência de obstáculos e desníveis fixos que comprometam a circulação, sobretudo para pessoas com deficiência, idosos ou com algum grau de comprometimento de locomoção a pé.

existência de obstáculos na calçada É considerada existência quando houver qualquer tipo de obstáculo que impeça ou dificulte a locomoção pela calçada. Quando a face possui mais de uma calçada ou passeio, considera-se aquela em melhor estado de conservação.

existência de rampa para cadeirante É considerado existência quando, somente na calçada da face, existir rampa: ou seja, rebaixamento de calçada ou meio-fio/guia, geralmente nas proximidades das esquinas, destinado especificamente a prover acesso a pessoas que utilizam cadeira de rodas. A existência de passagem elevada de pedestres, permitindo a passagem de uma calçada à outra sem desníveis, foi considerada como existência deste quesito. Quando a rampa estiver na interseção das faces, foi considerado que o quesito está presente nas duas. Rebaixos de meio fio para acesso de veículos e rampa de acesso a edificações (que não dão acesso à calçada), acesso de garagens e estacionamentos não foram considerados.

favelas e comunidades urbanas Favelas e Comunidades Urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade

e representação comunitária. No Brasil, esses espaços se manifestam em diferentes formas e nomenclaturas, como favelas, ocupações, comunidades, quebradas, grotas, baixadas, alagados, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, loteamentos informais, vilas de malocas, entre outros, expressando diferenças geográficas, históricas e culturais na sua formação. Favelas e comunidades urbanas expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude – no limite, a precariedade – das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção legal contra despejos forçados e remoções.

frequência à escola ou creche Frequência a creche ou instituição de ensino em curso de: creche; pré-escola; curso de alfabetização de jovens e adultos - AJA; curso regular do ensino fundamental ou do ensino médio, inclusive de educação especial; curso de educação de jovens e adultos - EJA, do ensino fundamental ou do ensino médio; curso de ensino médio técnico na modalidade integrada (matrícula única no ensino médio e técnico de nível médio); curso de ensino médio normal; curso superior de graduação; especialização de nível superior (duração mínima de 360 horas); curso de mestrado e curso de doutorado, inclusive para quem está em fase de preparação de dissertação ou tese. Considera-se também como frequentando escola: a pessoa que está temporariamente impedida de comparecer às aulas por motivo de doença, greve, más condições do tempo ou outra razão; a pessoa que cursa qualquer nível de ensino (fundamental, médio ou superior) na modalidade de Educação a Distância - EAD, ministrado por estabelecimento de ensino credenciado pelo Ministério da Educação para este tipo de ensino.

idade Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, ou idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento.

intervalo de confiança Forma de apresentar a precisão de uma estimativa. É construído a partir da variância de uma estimativa e de uma medida do nível de significância. Dizer que um intervalo tem 95% de confiança significa que, se hipoteticamente fossem feitas repetidas seleções de amostras, seguindo um mesmo plano amostral, as estimativas obtidas em cada amostra levariam a intervalos que, em

95% das vezes, incluem o valor verdadeiro do parâmetro estimado. Quanto menor o tamanho do intervalo de confiança, maior a precisão da estimativa.

linha de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza; as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), as relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo), e as subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

mães Mulheres que declararam ter tido filhos nascidos vivos em algum momento da vida

meio de transporte Principal meio de transporte utilizado para se chegar ao local de trabalho. Caso a pessoa utilizasse mais de um meio de transporte no trajeto casa-trabalho, o meio de transporte informado deveria ser aquele em que ele permanecesse mais tempo durante o deslocamento.

morador Pessoa que tem o domicílio particular permanente como local de residência habitual e, na data da entrevista, estava presente ou temporariamente ausente por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

nível de instrução Classificação estabelecida em função da série ou ano e do nível ou grau que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o atualmente em vigor, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; ou não determinado.

nível de ocupação Percentagem das pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar (14 anos ou mais de idade).

núcleo familiar Neste informativo, as crianças e adolescentes de 2 a 17 anos de idade foram distribuídas entre aquelas que residiam com mãe/madrasta e pai/padrasto; aquelas que residiam somente com mãe/madrasta; aquelas que residiam somente com pai/padrasto e aquelas que não residiam nem com mãe/madrasta nem com pai/padrasto.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS Conjunto de objetivos estabelecidos pelas Nações Unidas (United Nations), em

2015, para compor uma agenda mundial com vistas à construção e à implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Essa iniciativa, também conhecida como Agenda 2030, contempla um plano de ação internacional para o alcance de 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, os quais abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz. Os 17 ODS envolvem as seguintes temáticas: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia acessível e limpa; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação.

ocupação Cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

ODS *Ver* Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

paredes construídas predominantemente com materiais duráveis

Quando as paredes externas do prédio onde se localiza o domicílio são predominantemente de alvenaria (tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente), taipa revestida ou madeira aparelhada.

paridade de poder de compra Medida utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países ou moedas, como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral, varia em decorrência de mudanças nos índices de preços, da volatilidade do mercado de capitais e da especulação. O fator de conversão de paridade de poder de compra (PPC) é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos.

peso amostral Peso dado pelo inverso da probabilidade de inclusão de uma unidade da população em uma amostra. Intuitivamente, o peso amostral é o número de unidades populacionais representadas por uma unidade da amostra.

pesquisa por amostragem probabilística Pesquisa que utiliza uma amostra probabilística, ou seja, um método de seleção de amostras em que são atribuídas probabilidades diferentes de zero para todas as unidades da população a ser amostrada. As unidades da amostra são conhecidas antes da coleta dos dados. As probabilidades atribuídas a cada unidade populacional podem ser iguais ou não.

pessoa em idade de trabalhar Pessoa de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

pessoa ocupada Pessoa que, na semana de referência, trabalhou pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, a que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana. Considera-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também é considerada ocupada a pessoa afastada por motivo diferente dos citados anteriormente, desde que o período transcorrido do afastamento seja inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência.

plano amostral Plano que descreve todo o processo de seleção da amostra. Deve indicar a população a ser amostrada; o cadastro ou marco de referência onde serão identificadas e selecionadas as unidades amostrais; o número de unidades que deverão ser selecionadas; e o método de seleção.

pobreza Condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não ter acesso a rendimentos, consumo ou a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, isto é, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no país ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. *Ver também* linha de pobreza.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, conta própria, empregador, ou trabalhador familiar auxiliar.

posse de máquina de lavar roupa Existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação), no domicílio particular permanente.

PPC *Ver* paridade de poder de compra

precisão da estimativa Indicador da confiança que se pode ter na estimativa, ou quão próximo do valor verdadeiro está o valor estimado. A precisão da estimativa pode ser dada pela variância, pelo erro-padrão, pelo coeficiente de variação, ou pelo intervalo de confiança.

proporção de contribuintes Corresponde à razão entre as pessoas ocupadas que contribuíam para instituto de previdência oficial federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais) ou municipal (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais) sobre o total de pessoas ocupadas.

quintos de renda *Ver* classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

quintos populacionais de rendimento Classificação da população em cinco classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento. *Ver também* classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento.

rendimento do trabalho do empregado Rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro, produtos ou mercadorias, e, no caso do trabalhador doméstico, rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro. Não é computado o valor da remuneração recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales-alimentação, refeição ou transporte etc.) que não são ganhos ou reembolsados em dinheiro.

rendimento do trabalho do empregador e conta própria Retirada do trabalho em dinheiro, produtos ou mercadorias.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um

empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Esse mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Relação entre o rendimento mensal domiciliar e o número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento médio total dos arranjos domiciliares Relação entre a massa de rendimento total dos domicílios e o número de domicílios, exclusive a massa de rendimento daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal habitualmente recebido do trabalho Rendimento do trabalho que a pessoa habitualmente ganha em um mês completo no trabalho. Para o empregado, o rendimento bruto mensal habitualmente recebido exclui todas as parcelas que não tenham caráter contínuo (bonificação anual, hora extra, participação anual nos lucros, 13º salário, 14º salário, adiantamento de parcela do 13º salário, salário atrasado etc.) e não considera os descontos ocasionais (faltas, parcela do 13º salário antecipado, prejuízo eventual causado ao empreendimento etc.). Para o empregador e o conta própria, a retirada bruta mensal habitualmente feita em dinheiro excluiu os ganhos extras (bonificação anual, distribuição anual de lucros etc.) e não considera as perdas ocasionais (prejuízo eventual do empreendimento etc.). Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, o rendimento bruto mensal habitualmente recebido como benefício exclui todas as parcelas que não tenham caráter contínuo (13º salário, 14º salário, adiantamento de parcela do 13º salário, benefício atrasado etc.) e não considera os descontos ocasionais (13º salário antecipado etc.). No

caso de remuneração em dinheiro que é fixa, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente referente ao mês em que se insere a semana de referência da pesquisa. No caso de remuneração em dinheiro que é variável, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha, em média, referente ao mês em que se insere a semana de referência. Quando a remuneração varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente no período sazonal em que se insere a semana de referência. No caso da remuneração em produtos ou mercadorias, considera-se o valor mensal, computado em dinheiro (valor de mercado), que a pessoa ganha habitualmente, referente ao mês em que se insere a semana de referência. No caso da remuneração em produtos ou mercadorias de produção sazonal, é o valor médio mensal, real ou estimado (valor de mercado), que a pessoa ganha habitualmente, calculado considerando-se o tempo dedicado à produção que gera o rendimento e excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo. No caso de benefício de instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal que a pessoa ganha habitualmente como benefício em dinheiro (auxílio-doença; auxílio por acidente de trabalho etc.), referente ao mês em que se insere a semana de referência.

retirada em dinheiro Retirada bruta do trabalho do empregador e do conta própria em um valor em dinheiro fixo ou como um percentual dos lucros do empreendimento, sem excluir qualquer pagamento pessoal efetuado por meio administrativo (contribuição para instituto de previdência, imposto de renda, pensão alimentícia, previdência privada, seguro, plano de saúde etc.), ou, quando o empreendimento não é organizado de forma a que tenha um rendimento registrado, valor da diferença entre as receitas e as despesas (pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, equipamentos e outros investimentos etc.) do empreendimento.

retirada em produtos ou mercadorias Retirada do trabalho do empregador e do conta própria em produtos ou mercadorias, do grupamento de atividade que compreende a agricultura, pecuária, caça, silvicultura, exploração florestal, pesca e aquicultura, computada em dinheiro pela diferença entre o valor dos produtos e mercadorias destinados ao mercado e as despesas necessárias para a sua produção, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa.

semana de referência Semana fixada para a investigação das características de trabalho. No Censo Demográfico, foi a semana de 25 a 31 de julho de 2022.

sexo (Censo Demográfico) Sexo biológico atribuído ao nascer.

Sistema Único de Saúde Sistema criado pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e regulamentado pela Lei n. 8.080, de 19.09.1990, com a finalidade de garantir assistência à saúde a todo cidadão brasileiro. Integram o Sistema os estabelecimentos públicos (federais, estaduais e municipais) e os estabelecimentos privados, com fins lucrativos ou beneficentes, contratados para a prestação desse atendimento à população.

taxa de fecundidade total Medida síntese que relaciona o número de nascimentos ocorridos em um grupo de idade das mães com o total de mulheres daquele mesmo grupo etário (15 a 49 anos). Assim, estima o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da vida reprodutiva (15 a 49 anos), se mantidas as taxas de fecundidade observadas em um determinado ano.

taxa de sucesso eleitoral Razão entre o número de pessoas eleitas, em determinado recorte, e o número de candidatos(as).

tempo de deslocamento entre a casa e o local de trabalho Considerou-se, preferencialmente o tempo de deslocamento casa-trabalho. Quando isso não era possível, deveria se considerar o tempo de deslocamento trabalho-casa. Se houvesse alguma parada intermediária entre o trajeto casa-trabalho ou trabalho-casa, essa deveria ser desconsiderada e o tempo de deslocamento deveria ser estimado sem a referida parada.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador familiar auxiliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que reside em outra unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) trabalho em ocupação – trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador,

realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio; c) trabalho voluntário; d) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) trabalho nos afazeres domésticos.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalha normalmente maior número de horas semanais. Havendo igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, define-se como principal aquele que proporciona normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tem mais tempo de permanência.

uso exclusivo do banheiro Classificação do uso do banheiro do domicílio particular permanente em: só do domicílio – quando o banheiro é de uso exclusivo dos moradores do domicílio; ou comum a mais de um domicílio – quando o banheiro é de uso comum dos moradores do domicílio e de pelo menos um outro domicílio localizado no mesmo terreno ou propriedade.

variância Medida de homogeneidade de uma variável na população. Quanto mais homogêneas (parecidas) são as unidades da população em relação a uma determinada característica ou variável de interesse, menor é a variância. Matematicamente, a variância pode ser calculada pela média dos quadrados dos desvios dos valores da variável em relação ao valor médio dessa variável na população.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luanda Chaves Botelho

Gerência de Indicadores Sociais

Leonardo Queiroz Athias

André Geraldo Simões

Daniel Spitalnik Nathan

Denise Guichard Freire

Isabella Oliveira Mendes

João Hallak Neto

Maíra Bonna Lenzi

Marcia Maria Melo Quintslr

Maycon Rohen Linhares

Gerência de Estatística e Tecnologia

Paulo César Dick

Isabel Luzia Nori Santos

Paulo Diogo Rodrigues Leão

Colaboradores

Marcio Mitsuo Minamiguchi

Izabel Guimarães Marri

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Mauro Emílio Araújo

Gerência de Editoração**Estruturação textual do informativo**

Leonardo Ferreira Martins

Marisa Sigolo

Projeto gráfico do informativo

Aline Carneiro Damacena

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informativos

José Márcio Batista Rangel

Revisão textual do informativo

Augusto Valentini Schmitt

Carlos Henrique Amorim

Victoria Braz

Pesquisa e normalização documental do informativo

Ana Raquel Gomes da Silva

Lioara Mandoju

Solange de Oliveira Santos

Elaboração de resumos indicativos

Camila Ermida Pinto

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento do Informativo**

Newton Malta de Souza Marques